provenha de viagem em que tenha estado embarcado, com fins de investigação, representante ou representantes do Ministério da Marinha.

8.º Os mestres e armadores dos barcos que exerçam actividade ao abrigo do disposto na presente portaria ficam obrigados a apresentar às autoridades marítimas, para estas remeterem à Direcção das Pescarias, mapas com as indicações relativas a cada viagem, sua duração, número e duração total dos lanços efectuados, zonas em que foram efectuados e produto da pesca, discriminado por espécies e expresso em quilogramas.

9.º A Comissão Central de Pescarias e a Direcção das Pescarias estudarão o resultado das actividades exercidas ao abrigo do disposto na presente portaria, a fim de se prorrogar o regime nela estabelecido, regulamentá-lo definitivamente, modificá-lo ou revogá-lo.

Ministério da Marinha, 1 de Maio de 1950.— O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada de França, o Governo Checoslovaco denunciou a Convenção referente às Exposições Internacionais, assinada em Paris em 22 de Novembro de 1928.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 22 de Março de 1950.— O Director-Geral, *José Augusto Correia de Barros*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral do Ensino

Portaria n.º 13:142

Tendo em consideração que o artigo 32.º do Decreto n.º 36:888, de 28 de Maio de 1948, determinou a criação na ilha de S. Tomé de uma escola de artes e ofícios, cujos serviços docentes deveriam ser confiados às missões católicas;

Atendendo a que a Câmara Municipal, devidamente autorizada pela estação tutelar, criou já um estabelecimento de ensino daquela categoria, achando-se por isso satisfeita a intenção do Poder Central no que respeita a esta actividade escolar;

Tendo, porém, em vista o disposto no artigo 66.º do Estatuto Missionário (Decreto-Lei n.º 30:613, de 5 de Abril de 1941) e a satisfação do que ficou determinado na parte final do acima referido artigo 32.º:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, o seguinte:

1.º Os serviços da escola de artes e ofícios criada na ilha de S. Tomé pela respectiva Câmara Municipal, ao abrigo da autorização concedida pelo governador da colónia na Portaria n.º 1:115, de 24 de Janeiro de 1948, transitarão para a missão católica ali existente, sem prejuízo da propriedade, por parte da Câmara, dos imóveis e móveis atribuídos à mesma escola e cuja utilização por parte da missão será objecto de acordo entre o Governo da colónia, o Município e a missão.

2.º O funcionamento do estabelecimento em causa, a partir da sua entrega acima determinada, constituirá encargo da colónia, devendo o governador propor a inscrição no respectivo orçamento da importância necessária para esse efeito até final do ano corrente, a qual será abonada como subsídio à missão, nos termos habituais.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de S. Tomé e Príncipe.

Ministério das Colónias, 1 de Maio de 1950.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Declara-se que, por despacho do Conselho de Administração de 19 do corrente mês, foi autorizada a modificação das seguintes verbas do orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 36:976, de 20 de Julho de 1948:

Reforço

Artigo 4.º — Outras despesas com o pessoal:

4) Alimentação ou subsídios em dinheiro (§ único do artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 36:976)	150.000\$00
--	-------------

Anulação

Artigo 4.º — Outras despesas com o pessoal:

5) Fardamentos, resguardos, batas e calçado (artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 36:976):	
b Pessoal dos serviços externos	150.000\$00

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 22 de Abril de 1950.— O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira*.